

## Editorial

Vou tirar já isto do caminho: sou antropólogo. Apesar do meu trabalho actual se focar exclusivamente em antropologia biológica, a minha formação de raiz é mais abrangente. Tirei a licenciatura na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cujo currículo, apesar de incluir algumas (poucas) cadeiras ligadas à antropologia biológica, está essencialmente vocacionado para a antropologia social e cultural. Obviamente, poderei ser acusado de indiscreta parcialidade, porém não hesito em afirmar que toda e qualquer comunidade, beneficiaria do ensino universal da antropologia, tornando-a mais tolerante e auto-crítica.

Conhecer “o outro” de forma aprofundada, e não apenas através dos noticiários, confere-nos uma capacidade inigualável de aceitar a diferença como elemento básico e inescapável da condição humana. A variabilidade e flexibilidade culturais que nos caracterizam estão estreitamente ligadas ao nosso sucesso enquanto espécie, uma das mais bem-sucedidas do planeta. Se assim não fosse, o *Homo sapiens* nunca teria saído de África, espalhando-se pelos quatro cantos do mundo, pois o seu kit cultural pouco sentido faria em outras paragens tão distintas como a selva amazónica ou o ártico. Podemos criticar, discordar, repudiar e mesmo punir as manifestações culturais do “outro” mas, e agora num sentido intencionalmente biológico, não há dúvida que a diversidade cultural nos trouxe mais benefícios do que desvantagens e isso é demonstrável de forma muito simples: a nossa espécie ainda não se extinguiu.

Creio ser seguro afirmar que ninguém mais que o/a antropólogo/a social e cultural, criticamente ciente dos seus próprios preconceitos, mas alegadamente capaz de se abstrair deles, está equipado para resgatar e trazer à luz as motivações profundas que estão subjacentes ao quadro sócio-cultural de determinada comunidade. Ninguém como ele/ela domina melhor os conceitos de “relativismo cultural”, “diferença” e o “outro”. Esses ensinamentos acompanham-me até hoje e fá-lo-ão previsivelmente sempre, independentemente de qual venha a ser a minha ocupação no futuro. Aliás, a antropologia biológica utiliza uma abordagem biocultural para a qual, no meu caso pessoal, muito contribui a minha formação de base.

Esclarecido este ponto, foco-me então no verdadeiro motivo deste editorial, que pretende ser um ponto de situação após o último concurso de bolsas de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Eu sei, é um grande salto, mas peço-vos alguma paciência, há-de fazer sentido. Uma vez mais, foi geral o desapontamento entre a comunidade de antropólogos biológicos ao depararem-se com a razia que o painel de avaliação fez aos candidatos provenientes desta área científica. Todos sabemos que a actividade científica não vive os seus melhores dias em Portugal, e que insuficiências ao nível do financiamento público têm afectado de forma transversal todas as áreas do saber. Porém, não posso deixar de estranhar que, no mesmo painel de avaliação, as taxas de sucesso de atribuição de bolsa aos candidatos tenham sido tão díspares. Houve 31 candidatos, 23 deles da área da antropologia social e cultural e oito da área da antropologia biológica. Cerca de 43,5% dos alunos provenientes da antropologia social e cultural (10 em 23) obtiveram bolsa enquanto isso

aconteceu apenas a 12,5% dos alunos provenientes da antropologia biológica (1 em 8). Os números são demolidores! Na verdade, o painel em antropologia avaliou apenas sete candidaturas em antropologia biológica. Recusou avaliar uma oitava candidatura na área da primatologia, argumentando que esta área científica não era do seu âmbito. Como entre os antropólogos biológicos, a primatologia é consensualmente uma das sub-áreas da antropologia biológica, decidi considerá-la nesta contabilidade.

É fundamental analisar profundamente estes resultados. Não será aqui possível fazer uma descrição densa tal como é recomendado pelo eminente antropólogo cultural Clifford Geertz, ou seja, posicionando-me no lugar do “outro”, porque não tenho outro remédio senão vestir a camisola em defesa dos antropólogos biológicos. Para começar, é preciso lembrar que este resultado das bolsas não é episódico. Resultados semelhantes têm acontecido ciclicamente, não apenas ao nível dos concursos de bolsas, mas também ao nível dos concursos FCT para financiamento de projectos.

O problema aparenta ser estrutural e creio por isso que a sua exposição beneficiará de uma mini-abordagem estruturalista, muito ao estilo de Claude Lévi-Strauss. Os elementos estruturais que se repetem no tempo em cada um dos concursos são obviamente o painel de avaliação e o grupo composto pelos candidatos. Começemos pelo último, que compreende indivíduos cujo papel se limita a apresentar uma candidatura onde pretendem demonstrar o seu próprio mérito, o do projecto e o das condições de acolhimento. Tendo apenas a taxa de sucesso dos candidatos em consideração, é tentador concluir que os candidatos provenientes da antropologia social e cultural têm muito mais qualidade e saem bem mais preparados dos seus cursos do que os candidatos provenientes da antropologia biológica. Será mesmo assim? Talvez seja melhor adoptar o saudável cepticismo dos antropólogos pós-modernistas e questionarmo-nos se esse cenário não é apenas ilusório.

Estendamos então o nosso olhar antropológico ao painel de avaliação e, a título de exemplo, debruçemo-nos especificamente sobre o de 2017. Uma rápida olhadela permite à partida concluir que entre sete avaliadores, apenas um pertence à área da antropologia biológica. Portanto, existe aqui um claro desequilíbrio na composição do painel que, voluntária ou involuntariamente, teve um papel preponderante no desfecho do concurso. Cada candidato deve ser avaliado por pelo menos dois avaliadores. Havendo apenas um disponível para avaliar 7 antropólogos biológicos, significa isto que nenhuma das suas candidaturas foi inteiramente avaliada por especialistas. Pior ainda, devido a conflitos de interesses, que sempre ocorrem, a avaliadora especialista em antropologia biológica não pôde pronunciar-se sobre algumas candidaturas vindas dessa área.

Por essa razão, estas não beneficiaram sequer da avaliação de um único especialista, sendo exclusivamente avaliadas por antropólogos sociais e culturais que, como é de esperar, terão compreensivelmente tido dificuldades para determinar a verdadeira relevância de projectos que não são da sua área. Adoptando aqui uma visão funcionalista, mais a puxar a Radcliffe-Brown do que a Malinowski, diria que o painel de avaliação não correspondeu àquele que deveria ser o seu papel: assegurar que os candidatos são sujeitos a uma avaliação adequada e justa. Também é verdade que Radcliffe-Brown dava mais importância às instituições do que

aos indivíduos, mas esse não é o problema aqui. A importância dada a alguns indivíduos foi maior do que a que foi dada a outros. Portanto, houve uma clara diferença de tratamento.

Logo à partida, o critério de “cobertura disciplinar e multidisciplinar” exigido no ponto 3.1 do Guião de Avaliação de 2017 não foi garantido, a não ser que se faça uma interpretação extremamente lata e desajustada ao “espírito da lei”, que em nada beneficia – e de facto não beneficiou – a uma adequação do processo de avaliação. Por outro lado, o guião também exige que o painel de avaliação tenha “... a responsabilidade de garantir que o exercício de avaliação se realiza com transparência, independência e equidade”. Não duvido que os dois primeiros critérios sejam salvaguardados, mas por força da desigual composição do painel, o último não pode ter sido garantido. Os candidatos não beneficiaram das mesmas condições de avaliação, porque alguns foram avaliados por especialistas e outros não.

Se for questionada acerca da falta de equilíbrio do painel, a FCT possivelmente invocará que a desigual composição do painel resultou do facto de não existirem muitos antropólogos biológicos em Portugal aptos a avaliar candidaturas desta natureza e que, para além do mais, não tenham numerosos conflitos de interesse. A comunidade de antropólogos biológicos está de facto a par deste problema que é bem real. Porém, isso não parece ter sido impedimento para a constituição do painel de avaliação de 2017, visto que seis dos seus sete membros apresentaram sete ou mais conflitos de interesse. Além disso, sendo este o caso, esforços no sentido de recrutar avaliadores afiliados em instituições estrangeiras deveriam ser envidados. Especialistas de outros países podiam e deveriam ter sido recrutados.

Uma coisa é certa, a continuar assim, estamos perante uma pescadinha de rabo na boca. Nunca haverá avaliadores suficientes em antropologia biológica que possam integrar os painéis da FCT porque, pura e simplesmente, é muito difícil formá-los sem bolsas de doutoramento (é oneroso tirar um doutoramento em Portugal). Qualquer dia, os departamentos académicos nesta área tornar-se-ão não-lugares, tal como Marc Augé os definiu, espaços não-vividos e pelos quais os indivíduos, leia-se estudantes, passam anonimamente sem deixar marca. Por outro lado, as unidades de investigação que integram membros especialistas em antropologia biológica podem transformar-se em verdadeiros não-lugares, termo desta vez utilizado na sua definição mais corriqueira, porque correm o risco de fechar portas por falta de membros integrados.

Prosseguindo agora para as avaliações propriamente ditas, os comentários dos avaliadores revelam que estes não tiveram em consideração o relativismo cultural. Inspirando-me nos argumentos do pós-modernistas, defendo que as avaliações foram um reflexo dos pré-conceitos dos avaliadores, que aparentemente se esqueceram que os modi operandi dos antropólogos biológicos e dos antropólogos sociais e culturais diferem grandemente. Por essa simples razão, os critérios de avaliação não podem ser aplicados uniformemente. Permitam-me dar alguns exemplos “etnográficos” a este respeito.

Neste e noutros concursos, frequentemente os candidatos em antropologia biológica foram prejudicados por apresentarem apenas publicações com autorias múltiplas. Esta decisão surpreenderá qualquer antropólogo biológico porque, ao contrário do que aparentemente acontece na antropologia social e cultural, publicações de autor único são muito raras. Quando ocorrem, tratam-se quase exclusivamente de artigos de revisão e não de investigação. Os

antropólogos biológicos trabalham em equipas interdisciplinares, muitas vezes extensas, que podem incluir arqueólogos, entomologistas forenses, tafonomistas, imagiologistas, biólogos, historiadores, médicos, botânicos forenses, patologistas, químicos, engenheiros, estatísticos, entre muitos outros. Além disso, os antropólogos biológicos especializam-se em valências específicas – paleopatologia, arqueotanatologia, antropologia forense, antropologia dentária, etc. – e por isso não é raro encontrar vários antropólogos como co-autores de um artigo. Isso acontece, porque as realidades estudadas são multi-dimensionais e as competências necessárias para as abarcar nunca estão presentes numa única pessoa. Quem o fizer, estará possivelmente a adoptar um comportamento desviante à norma e não me oponho a que seja alvo de estudo por parte de especialistas em antropologia do desvio.

Outro comentário recorrente e mal sustentado consiste numa crítica em relação aos artigos dos candidatos em antropologia biológica não estarem publicados em revistas de antropologia. É natural que assim aconteça, em virtude da explicação acima apresentada. Os contextos e temáticas estudados pelos antropólogos biológicos são normalmente de natureza diversa: arqueológica, biológica, forense, etc. Faz também sentido que sejam publicados em revistas dessas áreas. As questões de investigação são cada vez mais complexas e multidimensionais e por isso só são respondíveis por equipas interdisciplinares que naturalmente publicam em revistas multidisciplinares. É natural que essas investigações sejam relevantes para muitas outras pessoas além dos antropólogos. A variedade nos suportes de publicação é apenas reflexo dessa realidade que, admitidamente não acontece no ramo da antropologia social e cultural porque o seu trabalho não será tão frequente e intensamente interdisciplinar. Seja como for, será abusivo partir do princípio que a qualidade de um artigo depende de ter sido publicado ou não numa revista exclusivamente de antropologia. A antropologia biológica publica frequentemente em revistas como a Nature ou a Science e isso não parece ser particularmente embaraçoso.

Uma terceira crítica que é apontada aos antropólogos biológicos está também intimamente associada à natureza interdisciplinar do seu trabalho. Trata-se da questão da afiliação, sendo que por vezes os avaliadores criticam o facto de alguns candidatos estarem associados a unidades de investigação cujas áreas de actuação não são especificamente na área da antropologia. Isto resulta do facto de várias unidades de investigação se socorrerem de antropólogos biológicos para a sua investigação interdisciplinar. Grupos de investigação que incluam antropólogos biológicos podem por exemplo ser encontrados em unidades de investigação em áreas tão diversas como a arqueologia (UNIARQ), biologia (CIBIO), ecologia (CEF), ciências forenses (CENCIFOR) ou evolução humana (ICAREHB). Os candidatos em antropologia biológica não deveriam ser prejudicados na sua avaliação apenas porque pertencem a uma área com tão variadas aplicações científicas. O alargamento da rede de colaborações da antropologia biológica a outras áreas deveria ser incentivado e não amputado.

Os exemplos anteriores ilustram bem que o problema não está na falta de qualidade dos candidatos em antropologia biológica, mas sim na tentativa de avaliar todos os candidatos com a mesma bitola. Apesar de terem os humanos como objecto de estudo, existem diferenças basilares entre a antropologia biológica e a antropologia social e cultural na forma como trabalham e produzem ciência. Os sucessivos painéis de avaliação na área da

antropologia – sempre compostos por uma grande maioria de antropólogos sociais e culturais – não têm conseguido fazer face a esse problema de base e este é um dos factores conducentes às grandes assimetrias observadas ao nível da atribuição de bolsas.

Não deveria haver uma aposta na utilização de critérios de avaliação uniformes porque os dois ramos valorizam produções científicas distintas. Idealmente, a criação de painéis tão desequilibrados deveria ser evitada, porque já ficou por demais demonstrado que os antropólogos sociais e culturais não conseguem colocar-se no lugar do “outro” e avaliar um projecto sem ser à luz dos seus próprios pré-conceitos. Inevitavelmente, tais opções levam diferenças de tratamento e isso é inegável. Será legítimo questionarmo-nos se o mesmo aconteceria no caso de antropólogos sociais e culturais e antropólogos biológicos assumirem os papéis inversos em próximos concursos, ou seja, se estes últimos estivessem em grande maioria nos painéis de avaliação. Seriam os antropólogos biológicos injustamente beneficiados em relação aos outros? Creio que esta seria a oportunidade perfeita para testar se a teoria de Marcel Mauss sobre a dádiva e a obrigação de reciprocidade é válida ou não.

\*\*\*

Let me start by getting this out of the way: I am an anthropologist. Although my work is now focused on biological anthropology, my basic academic background is much wider. I took my undergraduate degree at the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of the Universidade Nova de Lisboa which, although it comprised a few subjects in biological anthropology, was mostly directed at social and cultural anthropology. I may obviously be accused of shameless favoritism, but I sincerely believe that all communities would benefit greatly from the universal teaching of anthropology, making it more tolerant towards others as well as more self-critical.

To be able to comprehensively know “the other” and not merely through the media, gives us an unparalleled ability to accept differences as an inescapable basic trait of the human condition. The cultural variability and flexibility that define us, here taken into consideration regardless of any value judgments, are intrinsically linked to our success as a species, certainly one of the most successful ones who has ever stepped on this planet. Otherwise, Homo sapiens would never have left Africa and roamed to the four corners of the Earth, since their cultural kit would make little sense in places so different from our place of origin, such as the Amazon or the Arctic. We may criticize, disagree, reject or even punish cultural manifestations from “the other” but, in a purely biological sense, there seems to be no doubt that cultural diversification brought us much more benefits than disadvantages, and that is easily demonstrated by the fact that, despite all our efforts, we haven’t been extinguished yet.

I believe it’s safe to claim that no one is more equipped than social and cultural anthropologists, who are critically conscious of their own prejudices and may thus distance themselves from them, to rescue and bring to light the deeper motivations that are at the base of any community’s socio-cultural system. No one else has a better grasp on concepts such as “cultural relativism” or “the other”. These teachings are still with me today and will

expectantly always continue to accompany me. Actually, biological anthropologists adopt a biocultural approach and my basic formation has been paramount in that regard.

Now, that this issue has been cleared up, I will focus on the real reason at the root of this editorial, which I wish to be a review of the last call from the Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) for PhD studentships. I know, it is a big leap, but I ask for your indulgence; this will eventually make sense. Once again, this last call was greatly disappointing from the perspective of Biological anthropologists since most applicants from this scientific field were not able to convince the evaluation panel of their value. We all know that scientific research has seen better days in Portugal, and that cutbacks have transversally affected all areas of knowledge. However, I cannot help but wonder why is that, in the same evaluation panel, success rates for studentships attribution have been so contrasting. Ten out of 23 (43.5%) applicants from a social and cultural background were approved for funding while only one (let me repeat, ONE!) applicant (12.5%) out of 8 from the biological background was entitled to a studentship. These figures are quite devastating! As a matter of fact, the panel evaluated only 7 applications from biological anthropologists since it refused to do the same for an eighth application in the field of primatology, arguing that this is not a field of anthropology. Since biological anthropologists do not agree with that claim, I obviously decided to include it in this accounting. These results must be analyzed comprehensively, but I'm afraid I won't be able to make a thick description, as recommended by the eminent cultural anthropologist Clifford Geertz, i.e. by placing myself in "the other's" shoes. In this case, I have no other choice except to stand up for biological anthropologists.

First, it should be stated that this outcome regarding the studentships application was not an episodic event. Similar results have recurrently occurred, not only for this kind of application, but also in other FCT calls, namely those for research projects funding. Therefore, this problem is apparently structural rather than conjunctural, so its exposure would benefit from a structural mini-approach, much in the style of Claude Lévi-Strauss. The structural elements that repeat themselves over time are the evaluation panel and the group composed of applicants. The latter comprises individuals whose role is limited to present an application in which they advocate for their own merit, the project's value and the adequacy of the proposed host institution and supervisors. If one only takes into consideration the application success rate, it is tempting to conclude that applicants coming from social and cultural anthropology have much more quality and are much better trained than applicants from biological anthropology. Can this really be the case? It may be wise to adopt the healthy skepticism of post-modernist anthropologists and ask ourselves if that scenario isn't merely deceptive.

Let us stretch our anthropological sight towards the evaluation panel, specifically the one from 2017. Immediately, a quick look allows us to conclude that, among seven evaluators, only one has indeed a biological anthropology background. All others come from social or cultural anthropology. Therefore, the panel's composition is extremely unbalanced and this, deliberately or not, has had a preponderant role on this call's outcome. Each application must be evaluated by two evaluators, at least. If only one has the requested background to perceptively engage in such evaluation, it is easy to deduct that no application coming from biological anthropologists was entirely appraised by specialists. Even worse, due to conflicts of

interest, the evaluator with background in biological anthropology was not able to rule on three of such applications.

As a result, it appears that only four applications from biological anthropologists benefitted from a specialized evaluation while other three were subjected to evaluations exclusively made by social and cultural anthropologists who, as we can imagine, certainly were not fit to engage in such endeavor. If a functionalist approach was here undertaken, more in the fashion of Radcliffe-Brown than in the fashion of Malinowski, we could state that the evaluation panel did not fulfil its role to make sure candidates are adequately and fairly evaluated. Some candidates were given an unfair advantage so not everyone was treated equally.

To get started, the criterion of “disciplinary and multidisciplinary coverage” which is postulated in point 3.1 of the Evaluation Guide of 2017 was not guaranteed, unless one is willing to make a very broad and misplaced interpretation of the “spirit of the law” – one that would undoubtedly – and actually did – harm the evaluation process. On the other hand, the guide also requires that the “... evaluation exercise is carried out with transparency, independence and equality”. Although I’m sure that the two first have been preserved, the latter one could not, due to the unequal composition of the evaluation panel. Applicants did not benefit from the same evaluation conditions simply because some were evaluated by specialists while others were not.

The FCT will probably argue that the unequal composition of the evaluation panel is due to the lack of biological anthropologists in Portugal that have the qualifications to appraise this kind of applications that do not have numerous conflicts of interest. This is indeed true and Portuguese biological anthropologists have been aware of this problem. However, that was apparently not a problem for the 2017’s evaluation panel, since six out of seven reported seven or more conflicts of interest. Besides, even if that is the case, efforts toward the recruitment of foreigner specialists to assume the evaluation process should be undertaken.

As is, we won’t be able to exit this vicious circle. We’ll never have enough evaluators specialized in biological anthropology from Portuguese institutions because, to put it simply, it is very difficult to train them without PhD studentships. Any time soon, academic departments will become non-lieux, as Marc Augé defined them, transient places attended by individuals, i.e. students, anonymously and without leaving a mark. On the other hand, research units can truly become non-places, and here I use the term with its more literal meaning, because of the very real danger that they may close their doors for not having enough researchers.

Proceeding now to the evaluations themselves, the comments from the evaluators revealed that they were not able to take into consideration cultural relativism. Inspired by post-modernists, I argue that the evaluations were the result of the evaluator’s own prejudices. Apparently, they did not take into consideration that the *modi operandi* of biological anthropologists and social and cultural anthropologists are quite different. Allow me to give some “ethnographic” examples.

As has been the case in previous calls, applicants from biological anthropology have been criticized for authoring publications in co-atorship. Such criticism is surprising because, contrary to what appears to be common place in social and cultural anthropology, single-

author publications from biological anthropologists are very rare. Whenever they take place, they are almost always revision papers rather than research papers. Biological anthropologists usually work within interdisciplinary teams, which are often large and may comprise archaeologists, forensic entomologists, taphonomists, imagiology technicians, biologists, historians, physicians, forensic botanists, pathologists, chemists, engineers, statisticians, among many others. Additionally, biological anthropology is a very vast field so biological anthropologists usually have specific expertises – paleopathology, archaeoethnology, forensic anthropology, dental anthropology, etc. Therefore, it is not rare to find several biological anthropologists co-authoring the same paper. This is the case because realities under study are complex and the expertise required to analyze them is rarely gathered in one person alone. Actually, anyone attempting it may be incurring in a deviant behavior and I'm in favor that such someone be studied by specialists in deviant anthropology.

Another recurrent and ill-advised comment from evaluators criticizes the fact that many of the applicants from biological anthropology tend to publish in journals that are not specifically focused on anthropology. The reason for this is self-evident given the explanation presented above regarding the interdisciplinary nature of biological anthropology. Contexts and topics studied by biological anthropologists are usually multidimensional: archaeological, biological, forensic, etc. Therefore, it makes sense that papers resulting from such studies may also be published in journals focused on those fields rather than journals exclusively focused on anthropology. Research questions are becoming increasingly more complex and are, forcibly, only answered by interdisciplinary teams who naturally publish in multidisciplinary journals. It is only natural that such researches are of relevance to many people other than biological anthropologists. The diversity in the types of journals in which they get published is a reflection of this and, admittedly, that is not the case in social and cultural anthropology maybe because it is not as often and as intensively interdisciplinary. Be that as it may, it is abusive to consider that the quality of a paper may be undermined just because it was not published on a journal exclusively focused on anthropology. Biological anthropology frequently has papers published in journals such as *Nature* and *Science* and that does not seem to be particularly embarrassing.

A third criticism pointed out to biological anthropologists is again closely linked to the interdisciplinary nature of their work. It relates with their affiliation. Evaluators have criticized some applicants for being affiliated in non-anthropological research units. This results from the fact that many units recruit biological anthropologists to accomplish their interdisciplinary investigation. Research groups including biological anthropologists can for example be found in units from fields as diverse as archaeology (UNIARQ), biology (CIBIO), ecology (CEF), forensic science (CENCIFOR) and human evolution (ICAREHB). Applicants coming from biological anthropology should not see their chances of being granted with a studentship impaired just because their field has such a wide array of scientific applications. This should be emboldened rather than discouraged.

The examples described above clearly illustrate that the problem does not reside in the lack of quality of applicants from biological anthropology. The problem arises from trying to evaluate all anthropology applicants, regardless of their sub-field of origin, by using the same criteria. Although both have humans as their study object, there are fundamental differences



in the way that social and cultural anthropology and biological anthropology work and produce science. Evaluation panels, almost always composed of a large majority of social and cultural anthropologists – haven't been able to tackle this basic problem and that is one of the factors in the root of the important asymmetries that have been occurring regarding the attribution of studentships.

The application of uniform evaluation criteria should be avoided because both sub-fields give value to quite distinct scientific outputs. Ideally, panels as unbalanced as the ones that have been assembled should be entirely avoided because it has been demonstrated, time and again, that social and cultural anthropologists are unable to put themselves in others' shoes and avoid evaluating an application in other than under the light of their own concepts. Inevitably, a bias is present and is undeniable. One may wonder if the same would happen if social and cultural anthropologists and biological anthropologists would assume inverse roles in the next call, i.e. if the composition panel was to be mostly composed of the latter. Would biological anthropologists be unfairly benefitted to the detriment of others? I guess that this would be the perfect opportunity to test if Marcel Mauss's theory about gifts and the obligation to reciprocate is indeed valid.

David Gonçalves

Subscrito por/subscribed by:

Francisco Curate

João Tereso

Susana Carvalho